



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do Banco IBM S.A. ("Banco") relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com as respectivas Notas Explicativas. **1 - Atividades:** O Banco possui como principal estratégia e missão a disponibilidade de soluções financeiras flexíveis e de custos competitivos, customizados para financiamento de equipamentos, software e serviços IBM através de todos os canais de vendas da IBM Brasil. O Banco diversifica seu portfólio incluindo operações como aplicação de DI, empréstimos e financiamentos, voltados para investimentos em tecnologia de informação dos seus clientes. **2 - Cenário Econômico:** O ritmo de retomada da atividade econômica chegou ao final de 2019 com sinais sólidos de retomada do crescimento, expansão do crédito, pequeno aumento nos gastos de consumo das famílias e elevação da confiança do mercado em função da consequente aprovação da reforma da previdência. Neste cenário, o Banco Central (BC) reduziu a taxa básica Selic para 4,50% no período. O cenário para

2020, considerando o ainda incipiente efeito da presente pandemia de coronavírus, é de inicial estagnação da economia mundial com efeitos esperados nos novos volumes de negócios e no maior controle dos recebíveis. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou inflação no exercício de 4,31%. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulou índice de 3,15% no 2º semestre de 2019. **3 - Desempenho Operacional:** Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apresentou um patrimônio líquido de **502,7 milhões de reais**. O valor presente do montante a receber de arrendamentos, operações de crédito, aquisição de direitos e aplicações interfinanceiras de liquidez totalizavam 2.093 milhões de reais no final do exercício. Consoante a estratégia da administração o lucro líquido auferido no período deverá adicionar os lucros acumulados no exercício que serão adicionados às reservas especiais e legal, respeitados os limites da regulamentação. Rio de Janeiro, 23 de março de 2020.

### A Administração.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>610.927</b>	<b>991.800</b>				
Disponibilidades		41.388	35.649	<b>Circulante</b>		<b>1.380.145</b>	<b>1.268.200</b>
Banco conta movimento	3	41.388	35.649				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	21.009	284.081	<b>Depósitos</b>		<b>1.236.459</b>	<b>1.157.590</b>
Relações interfinanceiras	5	66.860		Depósitos a prazo	13(a)	1.199.392	1.157.590
Depósitos no Banco Central		66.860		Depósitos interfinanceiros	13(b)	37.067	
Operações de crédito		91.408	281.823	<b>Outras obrigações</b>	14	<b>143.686</b>	<b>110.610</b>
Financiamentos e títulos descontados	6	100.601	319.393	Fiscais e previdenciárias - imposto de renda,			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 8	(9.193)	(37.570)	contribuição social, ISS, PIS e Cofins		41.539	26.117
Operações de arrendamento mercantil	7	(4.584)	(33.613)	Diversas		102.147	84.493
Arrendamentos financeiro a receber - setor público	7(c)	25.944	65.897				
Arrendamentos financeiro a receber - setor privado	7(c)	908.436	788.519	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>644.029</b>	<b>605.235</b>
Rendas de arrendamento financeiro a apropriar	7(c)	(933.051)	(847.057)	<b>Depósitos</b>	13(a)	<b>459.098</b>	<b>422.276</b>
Provisão para créditos de arrendamento mercantil financeiro de liquidação duvidosa	7 e 8	(9.763)	(41.058)	Depósitos a prazo		459.098	422.276
Adiantamentos a fornecedores por conta de arrendatários	7(e)	3.837		<b>Outras obrigações</b>	14	<b>184.931</b>	<b>182.959</b>
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	7(d)	33	638	Obrigações fiscais diferidas	16	3.837	6.497
Rendas de arrendamento operacional a apropriar	7(d)	(20)	(457)	Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	19	181.094	176.462
Provisão para créditos de arrendamento mercantil operacional de liquidação duvidosa	7 e 8		(95)				
<b>Outros créditos - diversos</b>	11	<b>394.169</b>	<b>423.567</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	15	<b>502.688</b>	<b>487.082</b>
Imposto de renda e contribuição social a compensar		76.408	62.423	Capital social - de domiciliados no país		373.478	373.478
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	16	35.120	50.968	Reservas de lucros		129.210	113.604
Títulos e valores a receber	12	281.848	313.292				
Devedores diversos		4.649	3.765	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.526.862</b>	<b>2.360.517</b>
Provisão outros créditos liquidação duvidosa	8 e 12	(3.856)	(6.881)				
<b>Outros valores e bens</b>		<b>677</b>	<b>293</b>				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>281.950</b>	<b>323.734</b>				
Operações de crédito		22.209	55.329				
Empréstimos e títulos descontados - setor privado	6	47.771	62.705				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 8	(25.562)	(7.376)				
Operações de arrendamento mercantil	7	(2.215)	(7.611)				
Arrendamentos a receber - setor público	7(c)	20.147	14.869				
Arrendamentos a receber - setor privado	7(c)	705.447	177.928				
Rendas de arrendamento a apropriar	7(c)	(724.562)	(191.136)				
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7 e 8	(3.247)	(9.265)				
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	7(d)	1	32				
Rendas de arrendamento operacional a apropriar	7(d)	(1)	(32)				
Provisão para créditos de arrendamento mercantil operacional de liquidação duvidosa	7 e 8		(5)				
<b>Outros créditos - diversos</b>	11	<b>261.956</b>	<b>256.295</b>				
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	16	59.565	61.271				
Títulos e valores a receber	12	5.455	4.377				
Devedores por depósitos em garantia	19	196.942	190.743				
Provisão outros créditos liquidação duvidosa	8 e 12	(6)	(96)				
<b>IMOBILIZADO</b>	10	<b>1.633.985</b>	<b>1.044.983</b>				
Imobilizado de arrendamento		1.587.182	998.749				
Perdas em arrendamento a amortizar		46.803	46.234				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.526.862</b>	<b>2.360.517</b>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º semestre de 2019	2019	2018
<b>Receitas da intermediação financeira</b>			
Operações de arrendamento mercantil	546.119	1.229.025	1.130.352
Superveniência de depreciação	15.670	26.498	44.227
Operações de crédito (Nota 6)	6.652	17.023	40.707
Operações de cessão de direitos (Nota 12)	16.745	32.431	41.113
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.317	13.063	38.667
Recuperação de créditos baixados a prejuízo (Nota 8)	4.896	5.478	24.391
Reversão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	16.195	44.960	22.512
	609.594	1.368.478	1.341.969
<b>Despesas da intermediação financeira</b>			
Operações de captação no mercado	(52.905)	(122.436)	(146.777)
Operações de arrendamento mercantil	(458.593)	(976.202)	(978.289)
Insuficiência de depreciação	(921)	(68.247)	(19.086)
	(512.419)	(1.166.885)	(1.146.152)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	97.175	201.593	197.817
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>			
Despesas administrativas (Nota 21)	(16.704)	(34.694)	(31.853)
Despesas tributárias (Nota 22)	(13.677)	(30.789)	(30.511)
Despesas de provisões passivas	(21)	(59)	(207)
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 23)	(6.868)	(5.730)	(13.208)
	(37.270)	(59.812)	(49.363)
<b>Resultado operacional</b>	59.905	141.781	148.454
<b>Outras (despesas) receitas não operacionais</b>	73	(1.799)	(1.436)
<b>Resultado não operacional</b>	73	(1.799)	(1.436)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	59.978	139.982	147.018
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social (nota 16)</b>			
Provisão para imposto de renda	(4.296)	(23.442)	(11.908)
Provisão para contribuição social	(2.730)	(14.234)	(9.546)
Ativo fiscal diferido	(19.848)	(17.554)	(46.944)
Passivo fiscal diferido	(88)	2.660	(3.035)
	(26.962)	(52.570)	(71.433)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	33.016	87.412	75.585
Lucro líquido de ações no final do semestre/exercício	168.295.345	168.295.345	168.295.345
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	0,20	0,52	0,45

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º semestre de 2019	2019	2018
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do semestre/exercício	33.016	87.412	75.585
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente de atividades operacionais</b>			
Depreciações e amortizações (Nota 10)	458.279	973.542	971.417
Superveniência (insuficiência) de depreciação (Nota 10)	(14.749)	41.749	(25.141)
Transferências e renegociações de ativos baixados para prejuízo		(79)	(6.537)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(16.195)	(44.960)	(22.512)
Reversão (Constituição) de imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16)	19.936	14.894	49.979
Lucro na alienação de bens de arrendamento mercantil	(3.621)	(5.244)	(7.712)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>476.666</b>	<b>1.067.314</b>	<b>1.035.078</b>
<b>Varição de ativos e obrigações</b>			
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	113.364	264.824	379.699
Redução (Aumento) em relações interfinanceiras	5.544	(66.860)	
Redução em operações de crédito	81.952	230.790	630.528
Redução em operações de arrendamento mercantil	3.955	166	8.657
Redução (aumento) em outros créditos	(17.377)	10.183	(344.363)
Redução em outros valores e bens		193	
Aumento (Redução) em outras obrigações	19.811	37.708	(66.081)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>683.915</b>	<b>1.544.318</b>	<b>1.643.518</b>
<b>Fluxos de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	(469.672)	(1.632.835)	(461.781)
Alienação de imobilizado de arrendamento mercantil	13.871	32.403	23.616
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(455.801)</b>	<b>(1.600.432)</b>	<b>(438.165)</b>
<b>Fluxos de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>			
Aumento (Redução) em obrigações por depósitos	(198.397)	115.690	(1.146.734)
Dividendos pagos		(71.806)	(104.564)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(198.397)</b>	<b>43.884</b>	<b>(1.251.298)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>29.717</b>	<b>(12.230)</b>	<b>(45.945)</b>
Modificações no caixa e equivalente de caixa			
Saldo no início do semestre/exercício	11.671	53.618	99.563
Saldo no fim do semestre/exercício (Nota 3)	41.388	41.388	53.618
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>29.717</b>	<b>(12.230)</b>	<b>(45.945)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** O Banco IBM S.A. ("Banco"), sociedade subsidiária integral da IBM Participações Ltda. ("IBM Participações"), com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal financiar, mediante operações de crédito e de arrendamento mercantil, clientes interessados na aquisição de produtos e/ou serviços de tecnologia, incluindo clientes da IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., empresa do mesmo grupo econômico. O Banco opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de arrendamento mercantil e de investimento, sendo os recursos utilizados para tais operações captados com outras instituições financeiras do mercado e com as entidades do Grupo IBM. O benefício dos serviços prestados entre as empresas da organização e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo políticas do Grupo IBM, tendo em vista a praticabilidade e razoabilidade de serem atribuídos às empresas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 23 de março de 2020. **2. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), incluindo nas normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do próprio BACEN. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem principalmente o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, a provisão para passivos contingentes, a provisão para imposto de renda e os ativos fiscais diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores originalmente registrados. Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são: • Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 - R1); • Res. 3.604/08 - demonstração do Fluxo de Caixa (CPC

03 - R2); • Res. 4.636/18 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 - R1); • Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24); • Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 - R1); • Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e reificação de erro (CPC 23); • Res. 4.144/12 - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (Pronunciamento conceitual básico R1), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN; • Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciamento de benefícios a empregados (CPC 33 - R1); • Res. 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis (CPC 02 - R2); • Res. 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 - R1); • Res. 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27); • Res. 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46) - vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a demonstração financeira. **(a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e eventuais recursos aplicados em "overnight". Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor atualizado, em base "pro-rata" dia até a data do balanço. **(d) Operações de crédito e outros créditos (operações com característica de concessão de crédito):** Registradas pelo custo amortizado, calculadas "pro-rata dia" com base na variação do indexador e na taxa de

juros pactuados. As operações em atraso há mais de 180 dias, classificadas com o "rating" "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação, e no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são integralmente provisionadas; os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento. **(e) Arrendamentos Mercantis a receber:** Registrados pelo valor contratual em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar. As rendas a apropriar de arrendamento mercantil são apropriadas ao resultado como rendas efetivas quando do vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF e suas respectivas alterações. Nas operações que apresentam atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação está vinculada ao recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução do CMN nº 2.682/99. A receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo, está classificada na linha de "Recuperação de Créditos baixados a prejuízo", quando aplicável. O ajuste a valor presente das contraprestações a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de compatibilizar os registros contábeis do Banco, conforme exigido pelas normas legais vigentes, às práticas contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 1.429/89. (Nota explicativa 10) **(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** É fundamentada mediante análise das operações efetuada pela administração, objetivando concluir quanto ao valor de realização de tais créditos, e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação, as garantias recebidas, bem como as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99. Para os casos de operações de arrendamento mercantil em que o cliente apresentar atrasos temporais no pagamento das contraprestações, indicado pelo acompanhamento feito pelo departamento de contas a receber, e com a supervisão do Diretor Operacional, observa-se se o cliente não apresenta problemas financeiros ou ineficiência em seu fluxo de caixa, bem como históricos de atrasos com o Banco ou com



# BANCO IBM S.A.

Carta Patente 330.0599/76  
CNPJ 34.270.520/0001-36

o mercado. Para a aplicação do critério de exceção prevista no artigo 2º da Resolução 2.682/99, inicialmente é realizada a análise por grupo econômico. Para o cliente de um mesmo grupo econômico que apresente faturas em atraso, mas atenda ao descrito no parágrafo anterior, este será isolado na análise da aplicação das faixas de risco de crédito e, para o contrato que apresente parcela(s) em atraso superior ou igual a 15 dias, será sempre atribuída a pior classificação de crédito dentre todos os contratos em atraso desse cliente, conforme artigo 4º da Resolução 2.682/99. Para os demais contratos, sem parcelas vencidas, desse mesmo cliente é mantida a sua classificação de crédito original. Será considerado para o critério de exceção a representatividade em percentual das parcelas em atraso, comparado ao valor presente das operações do cliente em análise, não podendo esse ser maior que 20%. As movimentações dos créditos de liquidação duvidosa ocorridos no exercício estão demonstrados na Nota explicativa 8. **(g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como sobre as adições temporárias são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas aplicadas à atualização monetária sobre depósitos judiciais e a eventual saldo de superveniência de depreciação é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os referidos créditos tributários foram constituídos com base em estudos técnicos, considerando-se as projeções de lucros tributáveis futuros as quais incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrente das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro anual tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. A provisão para a contribuição social foi constituída à alíquota de 15%. Entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social foi de 20%. **(h) Imobilizado:** Conforme Resolução Bacen nº 4.535/16 os ativos objeto de arrendamento mercantil estão registrados no ativo imobilizado, demonstrados ao custo, combinado com os seguintes aspectos: • depreciação do imobilizado de arrendamento calculada com base na vida útil estimada ou de forma acelerada segundo as disposições da Portaria MF nº 140/84 e suas respectivas alterações. (Nota explicativa 10); e • ajustes de superveniência/insuficiência de depreciação do imobilizado de arrendamento, equivalentes ao ajuste das operações de arrendamento mercantil ao valor presente de seus fluxos futuros, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, que está classificada na demonstração do resultado em receitas ou despesas da intermediação financeira das operações de arrendamento mercantil. (Nota explicativa 10). Conforme Circular Bacen nº 1.429/89, os valores residuais dos contratos de arrendamento mercantil, ajustados pelos valores da opção de compra, são transferidos para perdas de arrendamento a amortizar e amortizados no prazo de vida útil remanescente do bem, se devedores, ou apropriados diretamente ao resultado, se credores. (Nota explicativa 10). Conforme a Resolução nº 4.534/16 do Bacen, os montantes de perdas de arrendamento a amortizar são classificados na rubrica de imobilizado de arrendamento. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (provisões, passivos contingentes e ativos contingentes) o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Bacen. **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. **Passivos contingentes:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **Obrigações legais:** Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **(j) Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia). **(k) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$) que é a moeda funcional do Banco.

**3. Caixa e equivalente de caixa:** Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	2019	2018
Disponibilidades .....	41.388	35.649
Banco conta movimento.....	41.388	35.649
Aplicação interfinanceira de liquidez.....	17.969	17.969
Aplicações em "overnight" (a).....	41.388	53.618

(a) Saldos de aplicações "overnight" com o Banco ING remunerados pelo CDI de um dia e liquidados no primeiro dia útil subsequente, sendo apresentados na linha de aplicação interfinanceira de liquidez do balanço patrimonial (Nota explicativa 4). Têm a natureza de equivalente de caixa e são considerados como tal na demonstração dos fluxos de caixa. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas como segue:

	2019			2018		
	Venci-mento final	Curto prazo	Longo prazo	Venci-mento final	Curto prazo	Longo prazo
Caixa Econômica Federal.....	2019	114.455		2019	114.455	
Banrisul.....	2019	28.105		2019	28.105	
Banco do Nordeste.....	2019	35.720		2019	35.720	
Banco Votorantim.....	2020	9.645	2020	38.620	9.071	
Banco BTG Pactual.....	2020	5.773	2020	22.063	5.411	
Banco Safra.....	2020	2.534	2020	13.304	2.381	
Banco Pan.....	2020	2.954	2020	12.355	2.763	
Banco BBM.....	2020	103	2020	646	95	
Banco BMG.....	2019	433		2019	433	
Banco Paraná.....	2019	411		2019	411	
ING Bank.....	2019	17.969		2019	17.969	
	21.009			284.081	19.721	

A remuneração média ponderada da carteira é de CDI+0,53% a.m. (2018 - CDI + 0,25% a.m.).

As aplicações interfinanceiras de liquidez possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Total
2019 .....	11.721	9.288		21.009
2018 .....	116.910	167.171	19.721	303.802

**5. Relações interfinanceiras:** Em Fevereiro de 2019 o Banco recebeu, por parte do Banco Central do Brasil, uma comunicação de improcedente para o recurso apresentado no Processo Administrativo relativo à extrapolação do limite de 45% do patrimônio de referência na concessão de créditos ao setor público, conforme disposto na Resolução nº 2.827/2001. Em consequência, o Banco Central do Brasil determinou ao Banco o recolhimento dos valores correspondentes ao excesso ocorrido no período de junho de 2006 a dezembro de 2007, correspondente à média aritmética das dezenove extrapolações mensais atualizadas pela taxa dos contratos. O valor recolhido, correspondente à R\$ 66.860, permanecerá indisponível e sem remuneração pelo prazo de dezenove meses, a contar da data do recolhimento, que foi realizado no dia 20 de fevereiro de 2019, mediante reserva bancária no Bacen. **6. Operações de crédito:** Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as operações de crédito são compostas substancialmente por operações de financiamentos. Essas operações são realizadas com recursos provenientes da emissão de certificados de depósitos bancários ("CDBs") emitidos pelo Banco. O pagamento dos CDBs, em sua maioria, estão vinculados ao recebimento de clientes, nos termos da resolução Bacen nº 2.921/02.

Atividade econômica	Res. 2.682/99	Nível de risco	2019		2018	
			Valor	Provisão para perdas	Valor	Provisão para perdas
Serviços.....	AA	34.711	68.721			
	0,5%	A		6.741		(34)
	1,0%	B	937	(9)	3.491	(35)
	3,0%	C	8.470	(254)	44.824	(1.345)
	30,0%	E	52	(16)	256	(77)
	70,0%	G	48.611	(34.028)	56.603	(39.622)
	100,0%	H	246	(246)	2.930	(2.930)
Comércio.....	AA	34.368	77.537			
	0,5%	A	9.747	(48)	77.938	(390)
	1,0%	B	93	(1)	22.809	(221)
	3,0%	C	513	(15)	2.195	(66)
	10,0%	D				
	30,0%	E	286	(86)		
	100,0%	H			117	(117)

Atividade econômica	Res. 2.682/99	Nível de risco	2019		2018	
			Valor	Provisão para perdas	Valor	Provisão para perdas
Indústria.....		AA			4.854	
	0,5%	A	10.330	(52)	18.109	(91)
	1,0%	B	8		159	(2)
	3,0%	C			531	(16)
			148.372	(34.755)	382.098	(44.946)
Circulante .....			100.601	(9.193)	319.393	(37.570)
Não circulante .....			47.771	(25.562)	62.705	(7.376)

As operações de crédito possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

	Vencidas					A vencer				
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Total
2019 ..	75	57	86	38.713	61.670	35.618	12.153			148.372
2018 ..	2.258	1.056	1.183	213.967	100.929	43.969	13.128	5.675		382.097

As receitas com essas operações reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizam R\$ 17.023 (2018 - R\$ 40.707). **7. Operações de arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento têm cláusula de não-cancelamento, de opção de compra e são pactuados com cláusulas de correção monetária prefixada, pós-fixada, ou de variação cambial e, quando aplicável, repactuação periódica de juros. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento e os contratos contêm cláusula de seguro obrigatório a favor do Banco. As operações de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e as correspondentes provisões para crédito de liquidação duvidosa podem ser demonstradas como segue:

Atividade econômica	Res. 2.682/99	Nível de risco	2019		2018	
			Valor presente	Provisão para perdas	Valor presente	Provisão para perdas
Indústria.....		AA	37.916		25.281	
	0,5%	A	30.549	(153)	50.518	(253)
	1,0%	B	14.529	(145)	17.285	(173)
	3,0%	C	11.034	(331)	17.781	(533)
	10,0%	D			168	(17)
	30,0%	E	32	(10)	13.399	(4.020)
	50,0%	F			5.739	(2.870)
	70,0%	G	37	(26)	87	(61)
	100,0%	H	68	(68)	76	(76)
Comércio.....		AA	1.874		21.482	
	0,5%	A	35.877	(179)	23.594	(118)
	1,0%	B	10.167	(102)	15.109	(151)
	3,0%	C	9.342	(280)	30.899	(927)
	30,0%	E	43	(13)	115	(35)
	50,0%	F	99	(50)	4.710	(2.355)
	70,0%	G			23	(16)
	100,0%	H	3.804	(3.804)	3.447	(3.447)
Instituições financeiras.....		AA	1.217.063		501.630	
	0,5%	A	20.393	(102)	43.520	(218)
	1,0%	B	22.115	(221)	8.163	(82)
	3,0%	C	10.354	(311)	5.274	(158)
	30,0%	E			9.724	(2.917)
	70,0%	G			247	(173)
	100,0%	H			248	(2)
Rural.....		AA			68	(68)
	0,5%	A	17.614	(88)	17.231	(86)
	1,0%	B	5		971	(10)
	3,0%	C	4.505	(135)	3.419	(103)
	10,0%	D	472	(47)	602	(60)
	50,0%	F			25	(13)
	100,0%	H	93	(93)	262	(262)
Serviços.....		AA	120.164		64.128	
	0,5%	A	10.862	(54)	40.077	(200)
	1,0%	B	42.948	(429)	57.451	(575)
	3,0%	C	7.544	(226)	18.770	(563)
	30,0%	E	513	(154)	2.380	(714)
	50,0%	F	99	(50)	618	(309)
	70,0%	G			33.995	(23.797)
	100,0%	H	5.915	(5.915)	4.961	(4.961)
			1.636.200	(12.991)	1.052.763	(50.323)
Circulante .....			990.998	(9.744)	858.945	(41.058)
Não circulante .....			715.202	(3.247)	193.818	(9.265)

(b) Por faixa de vencimento - valor presente

	Vencidas					A vencer				
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Total
2019 ..	751	873	263.604	653.261	706.118	9.084				1.636.200
2018 ..	9.818	1.913	71	538.149	308.994	176.396	16.649	773		1.052.763

(c) Composição do valor presente

	2019	2018
Arrendamentos financeiros a receber		
Setor público.....	46.091	80.766
Setor privado.....	1.613.883	966.446
Rendas de arrendamento financeiro a apropriar .....	(1.657.613)	(1.038.193)
Custo de bens arrendados (Nota 10).....	2.857.473	2.524.483
Depreciação acumulada (Nota 10).....	(1.206.407)	(1.505.331)
Superveniência (insuficiência) de depreciação (Nota 10).....	(64.030)	(21.642)
Perdas em arrendamento a amortizar (Nota 10).....	46.803	46.234
	1.636.200	1.052.763

(d) Arrendamentos operacionais: Em 31 de dezembro de 2019, os contratos de arrendamento operacional montam R\$ 34 (2018 - R\$ 670), dos quais R\$ 13 (2018 - R\$ 181) estavam vencidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre arrendamento operacional é de R\$ 0 (2018 - R\$ 100). **(e) Adiantamentos a fornecedores por conta de arrendatários:** Referem-se a adiantamentos parciais a fornecedores antes do início dos contratos de arrendamento incluídos na rubrica "Arrendamentos e subarrendamentos a receber", relativos a contratos com taxas de compromisso. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de adiantamentos a fornecedores em aberto era de R\$ 3.837 (2018 - R\$ 0). **8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A Resolução CMN nº 2.682/99, introduziu parâmetros para a classificação das operações de crédito, de arrendamento mercantil e outras operações com características de concessão de crédito e constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os principais parâmetros são: • as operações de arrendamento e operações de crédito e aquisição de direitos são classificadas em nove níveis de riscos; e • a provisão para operações de crédito e aquisição de direitos e de arrendamentos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada conforme descrito na Nota explicativa 2(f) e está demonstrada conforme quadro abaixo:

	2019	2018
Saldo inicial	102.346	155.552
Baixas para prejuízo	(5.759)	(30.694)
Adição (reversão) líquida de provisão	(44.960)	(22.512)
Saldo final	51.627	102.346

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve R\$ 5.478 (2018 - R\$ 24.391) de recuperação de créditos baixados a prejuízo anteriormente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve R\$ 27 (2018 - R\$ 3.523) em renegociação de créditos. O montante a receber de contratos renegociados monta R\$ 54.498 em dezembro de 2019 (2018 - R\$ 2.901) com correspondente provisão para perdas de R\$ 39.914 (2018 - R\$ 2.901). **9. Operações vinculadas:** O Banco vincula suas operações ativas às captações de recursos por meio de depósitos a prazo, nos termos da Resolução nº 2.921/02 do Bacen. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os saldos das operações ativas vinculadas e da correspondente captação de recursos, bem como os correspondentes resultados apurados nos exercícios findos nessas datas, estão assim representados:

	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Operações ativas de				
Arrendamento mercantil (i).....	1.107.545	137.843	500.561	88.302
Aplicações interfinanceiras.....	18.349	11.614	261.400	13.205
Operações de crédito.....	71.474	8.257	171.263	14.967
	1.197.368	157.714	933.224	132.192
Captações de recursos				
Depósitos a prazo.....	(1.199.573)	(86.632)	(972.322)	(90.907)
	(1.199.573)	(86.632)	(972.322)	(90.907)

(i) Apresentadas pelo valor presente.

Em 31 de dezembro de 2019 não havia inadimplências entre os ativos vinculados. As inadimplências de ativos vinculados que existiam em 31 de dezembro de 2018 foram liquidadas em janeiro e fevereiro de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, utilizando a prerrogativa da resolução CMN 2.921/02, o Banco IBM repassou o total dos contratos vinculados em atraso para a IBM Máquinas, mediante o cancelamento dos CDBs vinculados no montante de R\$ 40.387. Essas operações tiveram sua baixa efetivada no repasse da presente obrigação ao garantidor da vinculação. Tal operação, além do ganho referente à reversão da provisão para provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 22.863 da recuperação de ativos baixados a prejuízo no valor de R\$ 17.525, geraram uma despesa de R\$



# BANCO IBM S.A.

Carta Patente 330.0599/76  
CNPJ 34.270.520/0001-36

## 14. Outras obrigações

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher	41.539		26.117	
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16)	(3.837)		6.497	
Provisões para riscos fiscais e passivos contingentes (Nota 19)				
Contestações Judiciais.....	180.635		174.868	
Outras contingências fiscais.....	349		1.406	
Cíveis.....	110		188	
Diversas				
Fornecedores (a).....	37.975		48.607	
Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	336		554	
Credores diversos - país (b).....	63.836		35.332	
	<u>143.686</u>	<u>184.931</u>	<u>110.610</u>	<u>182.959</u>

(a) São lançados valores a pagar das operações com fornecedores de empresas ligadas e não ligadas de operações de crédito e de arrendamento mercantil. O montante a pagar referente a empresas ligadas em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 21.895 (2018 - R\$ 26.735). (b) Deve-se, majoritariamente, a montantes a pagar aos cedentes nas operações de aquisição de direitos.

**15. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Representado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 por 168.295.345 ações sem valor nominal, sendo 163.437.345 ações ordinárias e 4.858.000 ações preferenciais. **(b) Aumento de Capital:** Não ocorreram aumentos de capital no exercício. **(c) Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço nos termos do art.193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(d) Reserva estatutária:** Reserva destinada a assegurar adequada margem operacional do Banco. Até 31 de dezembro de 2018 o saldo apresentado na rubrica lucros acumulados foi integralmente apropriado a esta reserva deduzida da parcela apropriada à reserva legal. Em 31 de dezembro de 2019, em alinhamento à carta circular 3.935/19, o Banco passou a apresentar resultado do exercício não distribuídos a seus acionistas na conta de reserva especial. **(e) Reserva especial:** Reserva destinada a registrar a remuneração do capital não distribuída, obrigatória ou proposta, que não configure obrigação presente. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo apresentado na rubrica lucros acumulados foi integralmente apropriado a esta reserva deduzida da parcela apropriada à reserva legal. **(f) Dividendos:** O estatuto assegura um dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, bem como dispõe que o Banco poderá declarar, por deliberação da diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanços mensais, bimestrais ou semestrais. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação do Banco, e direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os acionistas do Banco se manifestaram formalmente sobre a não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. Qualquer distribuição de dividendos relacionada a esses exercícios estará sujeita a aprovação em assembleia geral de acionistas posteriores. Por essa razão, não foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios. A administração propôs aos acionistas, baseado em manifestação formal destes, através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de junho de 2019, a distribuição de dividendos da totalidade do lucro líquido do exercício de 2018, deduzida a reserva legal, no montante de R\$ 71.806. O pagamento dos dividendos ocorreu em junho de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), realizada em 14 de novembro de 2018, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos da totalidade do lucro líquido do exercício de 2017, deduzida a reserva legal, no montante de R\$ 47.032, o qual foi pago em 29 de novembro de 2018. **16. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a conciliação entre os valores apurados, conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado dos exercícios findos nessas datas, pode ser resumida da seguinte forma:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro .....	139.982	139.982	147.018	147.018
Exclusão/Adição da superveniência/ (insuficiência) de depreciação.....	41.749	41.749	(25.141)	(25.141)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa.....	(44.960)	(44.960)	(22.512)	(22.512)
Provisão (Reversões) para Contingências .....	(994)	(994)	(1.637)	(1.637)
Adição (exclusão) de contratos em atraso - reversão da renda de contratos com parcelas vencidas a mais de 60 dias.....	(360)	(360)	(1.685)	(1.685)
Recuperação de baixas a prejuízo.....	(5.478)	(5.478)	(24.391)	(24.391)
Exclusão receita com atualização monetária.....	(439)	(439)	(500)	(500)
Adição de baixas contábeis não dedutíveis.....	2.623	2.623	2.357	2.357
Demais adições (exclusões) líquidas.....	1.683	1.683	(5.325)	(5.325)
Base de cálculo.....	<u>133.806</u>	<u>133.806</u>	<u>68.184</u>	<u>68.184</u>
Prejuízo fiscal compensado (30%).....	(40.142)	(40.142)	(20.455)	(20.455)
Base de cálculo líquida .....	<u>93.664</u>	<u>93.664</u>	<u>47.729</u>	<u>47.729</u>
Alíquota nominal - % .....	15%	15%	15%	20%
Imposto de renda e contribuição social - corrente .....	(14.050)	(14.050)	(7.159)	(9.546)
Base de cálculo para IR e CS adicional.....	93.424		47.489	
Alíquota nominal - % .....	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social adicional .....	(9.342)		(4.749)	
Outros ajustes .....	(50)	(184)		
Total de IR e CS - correntes.....	<u>(23.442)</u>	<u>(14.234)</u>	<u>(11.908)</u>	<u>(9.546)</u>
<b>Diferido</b>				
Constituição de obrigações fiscais diferidas ....	1.662	998	(1.888)	(1.147)
Reversão/Constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	(10.971)	(6.583)	(26.952)	(19.992)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos .....	(9.309)	(5.585)	(28.840)	(21.139)
Total de imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos.....	<u>(32.751)</u>	<u>(19.819)</u>	<u>(40.748)</u>	<u>(30.685)</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a movimentação dos créditos tributários e das obrigações tributárias diferidas é assim demonstrada:

	Saldo em 31/12/2018	Consti-tuição	Re- versão	Saldo em 31/12/2019
<b>Créditos tributários diferidos</b>				
Insuficiência de depreciação.....		13.865		13.865
Reversão de faturas com 60 dias em atraso	893		(162)	731
Provisão de créditos em liquidação duvidosa	40.992		(21.571)	19.421
Baixas para prejuízo.....	24.853	2.304	(3.691)	23.466
Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal .....	31.136		(7.876)	23.260
Provisão de riscos fiscais.....	14.365		(423)	13.942
<b>Total Créditos Tributários (Nota 11) .....</b>	<b>112.239</b>	<b>16.169</b>	<b>(33.723)</b>	<b>94.685</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas</b>				
Atualização sobre depósitos judiciais .....	(3.662)	(175)		(3.837)
Superveniência de depreciação.....	(2.835)		2.835	
<b>Total obrigações fiscais diferidas (Nota 14) .....</b>	<b>(6.497)</b>	<b>(175)</b>	<b>2.835</b>	<b>(3.837)</b>

	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Re- versão	Saldo em 31/12/2018
<b>Créditos tributários diferidos</b>				
Insuficiência de depreciação.....	7.610		(7.610)	
Reversão de faturas com 60 dias em atraso	1.651		(758)	893
Provisão de créditos em liquidação duvidosa	65.560		(24.568)	40.992
Baixas para prejuízo.....	21.844	4.747	(1.738)	24.853
Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal .....	47.500		(16.364)	31.136
Provisão de riscos fiscais.....	15.018		(653)	14.365
<b>Total Créditos Tributários (Nota 10) .....</b>	<b>159.183</b>	<b>4.747</b>	<b>(51.691)</b>	<b>112.239</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas</b>				
Atualização sobre depósitos judiciais .....	(3.462)	(200)		(3.662)
Superveniência de depreciação.....	(2.835)		2.835	
<b>Total obrigações fiscais diferidas (Nota 12) .....</b>	<b>(3.462)</b>	<b>(3.035)</b>	<b>(6.497)</b>	

Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos em 31 de dezembro de 2019:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
1 ano .....	22.358		12.762
2 anos .....	8.602		4.873
3 anos .....	3.700		1.910
4 anos .....	1.321		748
5 anos.....	517		293
Mais de 5 anos.....	<u>23.687</u>	<u>14.244</u>	<u>37.931</u>
	<u>59.855</u>	<u>34.830</u>	<u>94.685</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários sobre provisão de créditos em liquidação duvidosa e de insuficiência de depreciação baseiam-se na previsão de recebimento das operações da carteira do Banco. Definimos como acima de 5 anos a expectativa de realização dos crédito tributário sobre provisão de riscos fiscais considerando a impossibilidade de estimarmos quando o processo irá transitar em julgado. O Banco optou pelo não reconhecimento de créditos tributários sobre algumas diferenças temporárias as quais estão em processo de análise e avaliação para posterior constituição. **17. Gerenciamento de risco e capital: (a) Risco de mercado:** A política do Banco é primordialmente de "match funding" minimizando assim a necessidade de utilização de derivativos para proteção dos ativos e passivos expostos às variações de moeda e de taxas de juros. O Banco não detém carteira de negociação e sua estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é compatível com a natureza de suas operações e complexidade dos produtos, e não há operações de derivativos em aberto para proteção de seus ativos com relação à variação cambial. A exposição cambial ativa em dezembro de 2019 foi de R\$ 1.869 (2018 - R\$ 3.349), equivalente a 0.4% (2018 - 0.7%) do patrimônio de referência do Banco. **(b) Risco de liquidez:** Eventuais Riscos de liquidez são gerenciados principalmente pela negociação prévia de empréstimos de longo prazo que são protegidos de risco de mercado, segundo a política descrita anteriormente. Em situações de estresse específico de liquidez ou de crise sistêmica que acarretem significativa redução dos níveis projetados de reserva, há um plano de contingência para o restabelecimento do nível mínimo requerido. **(c) Risco de crédito:** A política de concessão de crédito do Banco estabelece os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes de operações, que é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, dentre outros, bem como análises subjetivas, contemplando dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. **(d) Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e/ou de eventos externos. O Banco instituiu a estrutura de gerenciamento do risco operacional cujo o objetivo principal é avaliar, monitorar e mitigar ocorrências do risco operacional, que é objeto de relatório detalhado semestral. **(e) Gerenciamento de capital:** O Banco instituiu a estrutura de Gerenciamento de Capital, cuja política apresenta o conjunto de princípios que norteiam a estratégia do Banco no controle e Gerenciamento de Capital, e realiza projeção periódica do enquadramento do capital perante a possível ocorrência dos riscos a que o Banco está sujeito. **18. Limites Operacionais:** As Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 implementaram as regras de mensuração do capital regulamentar e definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições. O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA - Risk Weighted Assets) está representado abaixo no que se refere aos riscos de crédito, mercado e operacional. Em dezembro de 2019 o Banco mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório com Índice de 34,97%, sendo o limite mínimo regulamentar de 8% e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco do Banco.

Exposições ao Risco	2019	2018
Risco de Crédito (RWAcpad)	1.095.013	1.297.760
Risco de Mercado (RWAcam)	9.349	15.516
Risco Operacional (RWAopad)	265.175	272.694
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) (b)</b>	<b>1.369.537</b>	<b>1.585.970</b>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo para RWA</b>	<b>109.563</b>	<b>136.790</b>
<b>Patrimônio de Referência - Nível 1 (a)</b>	<b>479.426</b>	<b>487.082</b>

**Índice de Basileia (a)/(b)** **34,97%** **30,65%**  
**19. Contingências:** O Banco possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, como autor e réu. A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, provisiona integralmente os processos, cujo risco de perda seja classificado como provável. Dessa forma, tem sido adotado, para as ações de natureza tributária, o procedimento de depositar em juízo os valores envolvidos e

constituir a respectiva provisão para riscos fiscais, como abaixo demonstrado, os quais estão apresentados no balanço patrimonial no longo prazo nas rubricas "Outros créditos - Diversos" (Nota explicativa 11) e "Outras obrigações - Provisões para riscos fiscais e passivos contingentes" (Nota explicativa 14), respectivamente. O Banco também foi acionado judicialmente em ações cíveis, principalmente a: (i) danos morais e materiais relacionados; (ii) beneficiário em ações de concordata e/ou falência e (iii) em decorrência de planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas para processos específicos com base na opinião de assessores jurídicos. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

	2019		2018	
	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais
Obrigações legais				
PIS (c).....	77.758	(76.375)	75.073	73.704
CSLL (b).....	114.324	(99.400)	110.905	96.406
ISS.....		(349)		1.406
CIDE (a).....	4.860	(4.860)	4.758	4.758
Outros.....			7	
	<u>196.942</u>	<u>(180.984)</u>	<u>190.743</u>	<u>176.274</u>
Cíveis .....		(68)		188
Outros.....		(42)		188
	<u>196.942</u>	<u>(181.094)</u>	<u>190.743</u>	<u>176.462</u>

**(a) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. (b) O processo judicial em questão deve-se, majoritariamente, a questionamentos quanto a base de cálculo do imposto. A diferença refere-se substancialmente a depósitos judiciais no montante de R\$ 15 milhões (2018 - R\$ 15 milhões), sobre autos de infração para os quais a administração e seus consultores jurídicos internos e externos entendem que os mesmos não são aplicáveis e têm expectativa de perda remota, exceto pelo processo relativo a CSLL com depósito judicial no valor de R\$ 7,7 milhões (2018 - R\$ 7,5 milhões), cujo o risco de perda está classificado como possível. (c) O processo judicial em questão deve-se ao questionamento quanto a aplicabilidade dos impostos para o resultado financeiro do Banco. Com base no texto vigente, a Lei nº 12.973/14, em relação às novas disposições tributárias, limitou os depósitos judiciais sobre PIS/COFINS realizados pelo Banco, objeto do Mandado de Segurança (MS) nº 2008.51.01.027609-6, ao mês de dezembro de 2014 com consequente obrigação de recolhimento dos referidos impostos a partir de janeiro de 2015. A diferença entre os saldos dos depósitos judiciais e da provisão deve-se, substancialmente, ao valor de R\$ 605 depositado a maior em agosto de 2012, acrescida da atualização monetária do período.**

A administração, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, quando a probabilidade de perda é possível, não constitui provisões para contingências. Os processos avaliados como risco de perda possível, não provisionados, montam a R\$ 70.259. **20. Partes relacionadas:** O Banco tem como controladora direta a IBM Participações Ltda. que por sua vez tem a IBM Global Financing Brasil Administração e Serviços Ltda. como sua controladora direta. O Banco mantém com empresas do grupo IBM, as seguintes transações: **(a)** Contratação de prestação de serviços e aluguel de imóvel (Nota explicativa 21). **(b)** Obrigações por compra de máquinas e equipamentos para operações de arrendamento (Nota explicativa 14 (a)). **(c)** Captação de recursos por meio da emissão de certificados de depósito bancário (Nota explicativa 13). **(d)** Operações vinculadas (Nota explicativa 10). **21. Despesas Administrativas:** Referem-se, majoritariamente, a valores pagos e a pagar à IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda pela prestação de serviços de assessoria administrativa, financeira, fiscal e societária, bem como aluguel do imóvel. O pagamento pela prestação de serviços e aluguel é mensal, seguindo contrato vigente. O total dessas despesas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 montou R\$ 27.491 (2018 - R\$ 26.611) e está classificado na demonstração de resultado na rubrica de despesas administrativas. **22. Despesas tributárias:** As despesas tributárias do semestre e do exercício estão compostas como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º Semestre de 2019	2019	2018
ISS - Imposto sobre serviços de qualquer natureza .....	(10.271)	(22.743)	(23.613)
PIS - Programa de Integração social.....	(2.932)	(6.923)	(5.931)
COFINS - contribuição para financiamento da seguridade social.....	(474)	(1.123)	(967)
	<u>(13.677)</u>	<u>(30.789)</u>	<u>(30.511)</u>

**23. Outras receitas/despesas operacionais:** Outras receitas e outras despesas operacionais do semestre e exercícios, estão compostas como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º Semestre de 2019	2019	2018
<b>Outras receitas operacionais</b>			
Ajustes operacionais .....	(7.663)	5.467	9.252
Reversão de provisão para contingências.....	1.104	1.465	1.734
Atualização monetária .....	533	1.096	4.503
Juros e variação cambial .....	349	421	436
Recebimento de precatórios .....		305	
Baixas contábeis .....			364
Outros.....	1	29	
	<u>(5.676)</u>	<u>8.783</u>	<u>16.289</u>

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º Semestre de 2019	2019	2018
<b>Outras despesas operacionais</b>			
Despesa com comissões e juros por atraso.....	(1.006)	(2.042)	(2.089)
Ajustes operacionais .....		(465)	
Baixas contábeis .....	(44)	(329)	(314)
Outros.....	(142)	(217)	(678)
	<u>(1.192)</u>	<u>(3.053)</u>	<u>(3.081)</u>

**24. Eventos subsequentes:** O Banco tem acompanhado e monitorado diariamente as informações sobre a pandemia mundial do coronavírus (COVID-19) e ao longo deste processo estabeleceu, de imediato, obediência ao plano de continuidade operacional local e global do grupo IBM. Não houve necessidade de paralisação das suas atividades e não ocorreram, até o presente momento, efeitos negativos significativos nos seus negócios. O Banco segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema e seus eventuais impactos nas suas operações e demonstrações financeiras.

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

**Alberto Julio Rangogni**  
Diretor Presidente

**Luiz Enrique Zaragoza**  
Diretor Superintendente

**Marco Antônio da Rocha Tristão Júnior**  
Diretor Financeiro

**Daniel Giffoni de Sousa Dantas**  
Diretor de Operações

**Antônio José Guimarães Ramos**  
Diretor Tesoureiro

**Robson Luiz Bezerra**  
Contador - CRC RJ-083476/O-5

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Banco IBM S.A.

**Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco IBM S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco IBM S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com ressalva: Não reclassificação da provisão para superveniência/insuficiência para os ativos circulante e realizável a longo prazo:** O Banco registra suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras em observância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência ou insuficiência de depreciação (Notas 2(e), 2(h), 7 e 10). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e receitas/despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada